



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141379 - RS (2021/0010430-3)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : E C DOS S (PRESO)
RECORRENTE : L B DA S (PRESO)
ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por E C DOS S e L B DA S contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (HC n. 5076281-04.2020.8.21.7000).

Os recorrentes encontram-se presos preventivamente desde 21/11/2019 em razão da suposta prática do delito previsto no artigo 157, *caput*, do Código Penal.

Sustentam haver excesso de prazo na formação da culpa, uma vez que a custódia cautelar perdura há mais de 1 ano, sem que tenha sido sequer encerrada a audiência de instrução.

Alegam que não houve a verificação da permanência dos elementos autorizadores da segregação cautelar no prazo de 90 dias, conforme determinação do parágrafo único do art. 316 do Código de Processo Penal.

Requerem, liminarmente e no mérito, o provimento do recurso para que sejam revogadas as prisões preventivas dos recorrentes, aplicando-lhes medidas alternativas à prisão, caso se mostrem necessárias.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Do acórdão combatido extrai-se (e-STJ fl. 63):

[...]

Segundo informações prestadas pela autoridade apontada como coatora, os pacientes foram presos em 19/11/2019, oportunidade em que decretada a prisão temporária.

Em 21/11/2019 a prisão temporária foi tornada preventiva, diante do requerimento da autoridade policial.

A denúncia foi recebida em 30/01/2020.

O paciente Lieverson apresentou resposta à acusação e requereu a concessão de liberdade provisória, sendo o pedido indeferido.

Em atenção ao disposto na Resolução nº 62/2020 do CNJ, foi analisado o feito e mantida a prisão

preventiva de ambos pacientes.

Citado o paciente Eduardo, apresentou resposta à acusação e requereu a concessão de liberdade provisória, que restou indeferido em 15/05/2020.

Em 19/10/2020 foi realizada audiência de instrução, oportunidade em que foram ouvidos os Policiais Civis Maikel, Denis e Max Nestor.

A solenidade de 19/11/2020 foi transferida para 17/12/2020, em razão de problemas de saúde na família da juíza condutora do processo.

O excesso de prazo ocorre quando constata desídia do Poder Judiciário no andamento do feito, em outras palavras, é a demora injustificada no andamento da causa, que excede o princípio constitucional do prazo razoável do processo.

No caso, possível perceber que, na origem, estão sendo tomadas as medidas necessárias para dar ao feito a atenção merecida, não podendo a pandemia de COVID-19 e a consequente suspensão dos prazos processuais, por medida sanitária, ser invocada para alegar excesso de prazo.

Sabido que, consoante entendimento do e. STJ, o excesso de prazo não decorre de simples esquema matemático, devendo a demora excessiva e injustificada ficar estampada no caso concreto, o que não ocorreu.

Sendo assim, não há excesso de prazo a ser reconhecido nesse momento.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência